



# MASTER PLAN



TERRITÓRIOS VIVOS

PROGRAMA PARA  
DESENVOLVIMENTO  
DA INDÚSTRIA



# Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. JUSTIFICATIVA .....	4
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO .....	8
4.1. Requisitos.....	8
4.2. Premissas.....	8
4.3. Restrições.....	9
5. MAPEAMENTO DE ATORES .....	9
6. PLANO DE RISCO DO PROJETO .....	11
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	12
8. MONITORAMENTO .....	13
9. ARTEFATOS DO PROJETO .....	13
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado o crescimento dos homicídios de adolescentes e jovens, destacando-se estatísticas alarmantes quando se realiza um recorte em contexto cearense. De acordo com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o Ceará está em terceiro lugar entre as unidades federativas com mais homicídios na faixa dos 12 aos 18 anos de idade. No que tange à capital, Fortaleza se apresenta como a cidade com o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) no Brasil.

O contexto social no qual esses jovens estão inseridos apresenta um grande impacto no envolvimento desses jovens com o crime e, por sua vez, potencializam sua cooptação por facções que têm o domínio territorial de suas residências, bem como das escolas e dos ambientes de lazer. A exposição constante à violência comunitária afeta diretamente a formação dos jovens em situação de vulnerabilidade, demonstrando claros sinais que podem ser vistos como fatores de risco para o engajamento no crime e, por consequência, seu processo de vulnerabilização a homicídios. Com efeito, por exemplo, 64% dos jovens assassinados em Fortaleza tiveram amigos que também foram assassinados, e, em todas as cidades do Ceará, excetuando Sobral, 60% dos jovens haviam abandonado a escola há pelo menos seis meses antes de sua morte.

Ressalta-se, no entanto, que tais homicídios não apresentam uma incidência homogênea entre os bairros de Fortaleza, observa-se uma delimitação territorial predominante. Um terço dos homicídios de adolescentes ocorreram em apenas 52 comunidades, o equivalente a 4% da área total de Fortaleza. Destaca-se o caso de Caucaia, no qual 87% dos jovens assassinados foram mortos no bairro onde moravam.

Frente a isso, é possível compreender que diversos fatores devem ser levados em consideração no desenvolvimento de estratégias que previnam a morte desses jovens com o intuito de protegê-los e integrá-los à sociedade de forma saudável e produtiva. Objetivou-se, portanto, contribuir para a elaboração de um programa que permita uma pactuação de governança focalizada na ampliação de projetos sociais de prevenção ao homicídio e ao envolvimento com o crime. Para tanto, o presente projeto incentiva a articulação entre secretarias, bem como o fortalecimento da Lei da Aprendizagem e da assistência e do incentivo ao empreendedorismo. Espera-se alcançar uma integração entre projetos sociais que contemplem a educação, a formação profissional, e o acesso à cultura e ao esporte.

## 2. JUSTIFICATIVA

A exposição à violência comunitária compreende a vivência de atos de violência ou o testemunho da mesma por crianças ou adolescentes em ambientes públicos, na escola, bem como nos arredores da sua casa ou em locais que normalmente frequenta (SIEGER; ROJAS-VILCHES; MCKINNEY; RENK, 2004). Dadas as elevadas taxas de criminalidade no Brasil, e especificamente no Ceará, a presença do tráfico de drogas, do uso de armas, de assaltos, roubos e assassinatos no cotidiano dos jovens, impacta negativamente na sua saúde mental e no seu desenvolvimento enquanto cidadão e ente saudável, seguro e produtivo da sua comunidade, estando, inclusive, associada à problemas comportamentais.

Compreende-se, no entanto, que a exposição à violência comunitária não acontece de forma homogênea no território cearense, estando circunscrita majoritariamente aos bairros mais periféricos, os quais apresentam uma maior precarização, bem como menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nos dados apresentados no documento elaborado pelo Ceará Pacífico, pode-se observar que Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) tendem a ter sua incidência predominantemente em bairros com uma elevada desvantagem socioeconômica, ou seja, territórios com déficit de infraestrutura domiciliar, população em extrema pobreza, alta densidade domiciliar e alto percentual de indivíduos analfabetos.

Destaca-se a letalidade da violência a que a população cearense é exposta, especificamente entre os jovens, como aponta o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA. Em 2018, apenas no primeiro semestre, foram registrados 514 homicídios de crianças e adolescentes no Ceará (CCPHA, 2018). Frente a isso, torna-se imprescindível avaliar os riscos a que os jovens em situação de vulnerabilidade estão expostos e os aspectos associados ao cometimento dos homicídios registrados.

Com base nas pesquisas realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, a vulnerabilidade juvenil à violência contempla aspectos como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidente de trânsito, além de questões sociodemográficas vinculadas a grupos de riscos, como jovens negros do sexo masculino (FBSP, 2017). O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) congrega tais aspectos e representa um indicador comparativo acerca do contexto brasileiro e entre unidades federativas, auxiliando no direcionamento das políticas públicas ligadas à juventude. Utilizando tal indicador, observa-se que o Ceará é o segundo estado com o IVJ mais alto

do país. De forma detalhada, os aspectos considerados mais críticos são os indicadores de frequência escolar, a situação laboral precária, a elevada mortalidade por homicídios, além da pobreza.

De acordo com a literatura, especialistas na temática apontam que um contexto com difícil acesso à saúde, educação, lazer, oportunidade de inserção laboral e segurança contribuem para a vulnerabilização do jovem e seu processo de exclusão social. Tal processo não se refere somente à desigualdade social, mas como um processo de marginalização desse indivíduo, separando-o dos laços com seus familiares, amigos, e distanciando-o de uma trajetória profissional.

Uma medida que contribui para a inserção laboral de jovens em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente contribui para sua escolarização e sua profissionalização, distanciando-o do crime, é o Programa Jovem Aprendiz. O programa demanda que exista uma cota de contratação obrigatória, de 5 a 15% dos trabalhadores de empresas de médio e grande porte, de aprendizes entre 14 e 18 anos de idade, priorizando os segmentos mais vulneráveis da população jovem. Em 2014, o Ceará apresentou o percentual mais alto de aprendizes admitidos com base no potencial de contratação, alcançando 50,93% das vagas, como apontam os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Observa-se que, apesar do destaque do Ceará na temática, ainda existe uma grande lacuna a ser preenchida nesse aspecto, a qual se dá, em sua maioria, pela baixa escolaridade de muitos jovens, não sendo, assim, absorvidos pelas empresas.

Frente ao exposto, percebe-se que aspectos de vulnerabilização não podem ser vistos de forma independente, posto que estão intrinsecamente conectados, como a inserção laboral ser prejudicada pelo déficit na escolarização, o qual, por sua vez, está associado ao abandono escolar. Dessa forma, torna-se necessária uma nova forma de organização das políticas públicas, a fim que elas estejam mais claramente interconectadas, contribuindo para que apresentem uma maior taxa de sucesso. Em suma, são necessárias distintas iniciativas que consigam contemplar aspectos educacionais, os quais apresentaram um impacto positivo na inserção laboral; por sua vez, a inserção laboral permitirá o aumento do poder aquisitivo, distanciando os jovens do envolvimento com o crime e da associação com pares desviantes.

O Ceará apresenta, além do Programa Jovem Aprendiz, diversos projetos e órgãos engajados em iniciativas que buscam a proteção e o desenvolvimento da juventude, porém é possível conjecturar que uma melhor integração e articulação dessas iniciativas contribuiriam para o aumento da sua efetividade. Iniciativas como: Programa Jovem Aprendiz; Projeto Nenhum a menos na escola; Plataforma Busca Ativa Escolar; Projeto Novos Talentos; Programa Esporte e Lazer na Cidade, dentre outras iniciativas vinculadas às Universidades, como campos de estágio para tutorias, acompanhamentos voltados para projetos de vida.

Destacando-se, portanto, o potencial de desenvolvimento devido a uma maior articulação e integração entre iniciativas que contemplem de forma holística os jovens em situação de vulnerabilidade à violência, torna-se imprescindível a busca para estratégias que permitam a promoção de tal integração. Assim, objetivou-se articular a integração de iniciativas que possam contribuir como uma medida protetiva para os jovens em situação de vulnerabilidade e de exposição à violência.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a elaboração do Programa Territórios Vivos e dos requisitos prévios a sua implementação, bem como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Incentivo à implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com população vulnerável;	1 – Intensificação da atuação dos Coletivos Culturais nos bairros dominados pelas facções;
2 – Monitoramento da frequência escolar e busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola;	2 – Capacitação de líderes comunitários para suporte em atividades culturais com jovens;
3 – Implementação de ações do projeto “Nenhum a menos na escola” nas escolas estaduais;	3 – Desenvolvimento de programas de formação para profissionais e atores locais que trabalham com a prevenção da violência;
4 – Realização de projetos de educação profissional, em conjunto com o Sistema S, em áreas de maior vulnerabilidade social;	4 – Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará;
5 – Ampliação da quantidade de reuniões comunitárias para mapeamento dos fatores específicos geradores de insegurança locais;	5 – Articulação e pactuação política entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas;
6 – Consolidação de um formato de Governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção;	6 – Fortalecimento do policiamento de proximidade, com o intuito de criar espaços de escuta e mobilização da população;
7 – Corresponsabilização das secretarias de governo com a redução da violência e com o desenvolvimento da cultura de paz.	7 – Mobilização de facilitadores comunitários para envolver a comunidade nas iniciativas de segurança pública.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

### **3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

O objetivo geral deste projeto é: articular um programa que integre iniciativas de diferentes secretarias, bem como oportunidades de inserção laboral para jovens em situação de vulnerabilidade social, denominado de Programa Territórios Vivos.

Como objetivos específicos:

- Mapear o abandono e da evasão escolar em áreas de vulnerabilidade social;
- Levantar iniciativas sociais do âmbito público e privado para adolescentes vulneráveis ao homicídio;
- Incentivar o acesso dos jovens às iniciativas sociais e à formação profissionalizante;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria e Governo na elaboração de uma cartilha para a juventude vulnerável com os principais equipamentos públicos e privados, bem como com os projetos sociais e as etapas para filiação;
- Contribuir para a redução do Indicador de Vulnerabilidade Juvenil à Violência;
- Qualificar a assistência à primeira infância em territórios vulneráveis, através de uma atuação em creches, por exemplo;
- Articular campos de estágio na Academia para promover tutoria em disciplinas que os estudantes em situação de vulnerabilidade que apresentam déficit escolar;
- Articular campos de estágio na Academia para promover formação de habilidades sociais para os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Articular campos de estágio na Academia para promover formação de estímulo ao empreendedorismo para os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Articular campos de estágio na Academia para promover o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas com os jovens em situação de vulnerabilidade;
- Visando facilitar a mobilidade urbana dos jovens com o intuito de potencializar o acesso a dispositivos sociais, permitir o “Passe Livre” no transporte público para os jovens que apresentarem adesão ao Programa e participando de forma regular nas atividades propostas;
- Fortalecimento da Lei da Aprendizagem para inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

## 4. ESPECIFICAÇÃO

### 4.1. Requisitos

- Sensibilização por parte dos empresários para parcerias com projetos que envolvam a inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade;
- Espaços físicos para a realização das atividades com os jovens;
- Deve haver um termo de compromisso que firme a integração para a execução do programa pelo Estado do Ceará, pelo âmbito empresaria, pelo Governo Municipal e pela Academia, buscando, assim, a construção de uma governança coletiva;
- Consolidação de campos de estágio que necessário para o desenvolvimento das atividades planejadas;
- Grupo de Segurança Escolar vinculado às Unidades Integradas de Segurança – UNISEG para atuar pelo “Busca Ativa nas Escolas”;
- Reterritorialização acerca das áreas contempladas pelos projetos das Secretarias, atuação análoga à das UNISEGs para potencializar os resultados dos projetos;
- Consolidação de campos de estágio que necessário para o desenvolvimento das atividades planejadas;
- Ativa parceria com o poder municipal para o adequado funcionamento da execução do Programa;
- Captação de recursos suficientes para viabilizar a qualidade da execução do Programa.

### 4.2. Premissas

- Deve haver uma integração sistematizada e protocolada para facilitar a articulação e gestão do programa;
- Deve haver um alinhamento entre o Governo do Estado e do poder municipal;

- Deve haver uma divulgação com um adequado plano de marketing do programa para atrair entes que possam representar parcerias e potenciais investidores;
- Deve haver um alinhamento com as demandas do mercado, especificamente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio;

### 4.3. Restrições

- A ausência de parceiros do setor privado pode comprometer a viabilidade do projeto;
- Não adesão dos jovens às atividades do programa;
- Elevada burocracia no processo de integração das iniciativas.

## 5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da elaboração da rodada tecnológica, são apresentados no quadro a seguir com o papel da instituição no Programa bem como o seu grau de impacto:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo - SEAS
Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA
Secretaria Municipal de Educação - SMS
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Laboratório de Estudos da Violência – LEV
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social - LEPES
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência - COVIO

Atores
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética - LABVIDA
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SECEL
Secretaria do Esporte do Estado do Ceará - SESPORTE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC
Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio
Unidade Integrada de Segurança – UNISEG
Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT
Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Vara da Infância e da Juventude
Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Agência de Estágios da Universidade Federal do Ceará

Atores
Núcleo de Acompanhamento de Estágio da Universidade Estadual do Ceará – NAE/UECE
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA
Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Rede Cuca
Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG
Sindicatos de empresas interessadas em aderir ao projeto

## 6. PLANO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Ausência ou insuficiência dos investimentos para a execução do projeto.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do Governo; crise econômica.	Inviabilização da execução do programa.
2. Desinteresse por parte das entidades parceiras de aderir ao programa.	Entidades parceiras não estarem sensibilizadas acerca dos benefícios futuros.	Enfraquecimento do programa, e, possivelmente, até sua inviabilização.
3. Falta de continuidade das iniciativas do programa.	Rotatividade de responsáveis pelos projetos sociais e pelas secretarias.	Enfraquecimento do programa.
4. Não fiscalização dos repasses dos recursos.	Não responsabilização de entidades específicas, bem como ausência de transparência, de	Déficit de informações para direcionar a distribuição dos recursos; consequente queda nos investimentos.

	registro e de prestação de contas desse repasse.	
--	--	--

## 7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada	Todos os envolvidos	Permanente

	Scrum e adaptada às necessidades deste projeto		
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais  Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders  O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

## 8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

## 9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

## 10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ (Estado). O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP\\_Ceara\\_Pacifico\\_livro\\_2\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. Cada Vida Importa: Relatório 2018. Fortaleza, Ceará, 2018. Disponível em: <[http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA\\_RELATORIO\\_2018-1\\_V02.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Cartilha Aprendizagem Profissional. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha\\_aprendizagem\\_profissional2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Importância da Lei da Aprendizagem para jovens em situação de vulnerabilidade. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/44822/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNESCO. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP\\_Vulnerabilidade\\_Juveni\\_Violencia\\_Desigualdade\\_Racial\\_2017\\_Relat%C3%B3rio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SIEGER, K.; ROJAS-VILCHES, A.; MCKINNEY, C.; RENK, K. (2004). The effects and treatment of community violence in children and adolescents: What should be done? *Trauma, Violence & Abuse* , 5(3), 243-259.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

